# PROPOSTAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL E DE GOIÁS

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS/JUSTIFICATIVAS

CONSIDERANDO que desde a promulgação da Constituição democrática brasileira, em 05.10.1988, as agendas públicas tornaram-se mais sensíveis às percepções, às exigências, às demandas e aos medos do conjunto da sociedade. O crescimento da violência e da criminalidade tem feito com que a Segurança Pública ocupe o centro das preocupações inclusive mundial, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que o Brasil vive uma "epidemia de violência", pois os crimes de morte passam de dez para cada grupo de cem mil habitantes [Cerca de 60 mil homicídios dolosos/ano, além dos homicídios culposos (trânsito) e outros tipos crimes graves como sequestros, roubos, estupros...].

CONSIDERANDO que o país tem na área da segurança pública e de defesa social um de seus mais sérios problemas, o qual tem sido agravado pelo índice de desemprego, miséria, desigualdade social e desajuste econômico, pois estes fatores aceleram a injustiça e a exclusão social. Portanto, não há como não privilegiar em todas as agendas, quer federal, estadual ou municipal o combate à violência e a criminalidade, principalmente nas regiões metropolitanas, onde padecem indiscriminadamente todas as famílias, ricas e pobres, tanto na liberdade de ir e vir quanto na ameaça ao patrimônio e à própria vida, bem maior.

CONSIDERANDO que para sanar as prementes aspirações sociais que a opinião pública vem reivindicando, urge a criação e a implementação de um Plano de Segurança Pública eficaz e consistente, que adéque a atividade policial, o Sistema de Justiça Penal e o Sistema Prisional a um indispensável monitoramento diligente e em tempo real, sempre com a participação da sociedade civil, bem como com a edição de normas institucionais nacionais para aumentar a credibilidade da área de Segurança, tanto na eficiência investigativa quanto preventiva, e o respeito sistemático aos Direitos Humanos. Tudo isso, só será possível se for acompanhado de um processo de modernização técnica que aperfeiçoe a tomada de decisão ou de gestão baseada em dados e

diagnósticos sobre as dinâmicas criminais, utilizando incessantemente a Atividade de Inteligência Policial e Penitenciária.

CONSIDERANDO que há consenso entre os profissionais da Segurança Pública de que a solução se encontra, portanto, no fato das ações sociais terem que ser eminentemente proativas e, concomitantemente, somadas as decisões que modernização, a valorização dos órgãos e dos profissionais de segurança e de defesa social. Isso resultará, na prática, no fortalecimento do poder coercitivo do Estado, com políticas de repressão à violência e a criminalidade, paralelamente, ao emprego de políticas preventivas. Isso, sem se descurar da filosofia de Polícia Comunitária e de um efetivo processo de ressocialização daqueles submetidos à Execução Penal e à Justiça Penal (lato senso).

CONSIDERANDO que sociedade brasileira а exige dos governantes para a área de Segurança Pública não apenas propostas de mudanças legais/legislativas, mas políticas objetivas que impliquem no aprimoramento do desempenho policial e penitenciário, o que passa por instituições mais eficientes, mais aptas a agir preventivamente, mais confiáveis e, portanto, mais fidedignas e capazes de combinar respeito aos Direitos Humanos com eficiência operacional — superando esse pejorativo dilema e isso passa pela valorização e capacitação continuada de seus profissionais, daí porque se deve repensar a grade curricular das Academias.

CONSIDERANDO que constitui a pedra basilar a existência de um Plano de Segurança em que a integração da área policial não seja apenas operacional, isto é, para redefinir as rotinas, mas, igualmente, de espírito e de planejamento solidário de ações e de compartilhada avaliação de resultados. fim de evitar а superposições e duplicidades e competições autofágicas. Tal fato fará com que a presença e as unidades policiais e prisionais sejam designadas segundo mapeamento da criminalidade, atendendo aos princípios de um planejamento técnico, racional, suplantando, assim, a tendência do trabalho policial brasileiro que se esgota no padrão atávico, reativo e heroico individual. Nesse sentido, novas missões devem ser praticadas por meio de grupos especializados, a exemplo de Policiamento em Áreas de Fronteira, Policiamento Escolar, Policiamento em cidades Turísticas e Policiamento em Estádios, e especializada no combate ao terrorismo.

CONSIDERANDO que uma Política de Segurança Pública planejada e, constantemente reavaliada, se propõe a monitorar de forma sistemática a atividade policial e de custódia para que todo o processo tenha permanentemente por foco o atendimento ao cidadão. Para tanto, o Governo terá que ter a consciência de que as questões da Segurança Pública e Penitenciária devem ser tratadas simultaneamente com as demais políticas públicas, de forma transversal e interdisciplinar (educação, saúde, moradia, cultura, esporte e lazer, arte, emprego e renda), a fim de ampliar os benefícios da inclusão social para todas as camadas da sociedade.

**CONSIDERANDO** que o Governo deve adotar medidas de segurança preventivas nas áreas mais carentes das cidades, com melhorias na infraestrutura urbana e na prestação de serviços essenciais, mediante a execução de políticas sociais integradas, com envolvimento dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e esferas de poder (Judiciário, Executivo e Legislativo) com a essencial participação da sociedade civil organizada (terceiro setor, entidades privadas e comunidade em geral).

**CONSIDERANDO** que entre as ações de inclusão social e as de segurança e defesa social inexistem, consequentemente, qualquer incongruência ou contradição e, tão pouco, são excludentes; mas, ao contrário, essas ações se complementam e são indispensáveis para um eficaz e eficiente combate à violência e à criminalidade, quer organizada ou comum.

CONSIDERANDO que esse modelo planejado de Segurança Pública, que visa garantir a proteção e a cidadania, não desconhece que a juventude tem sido o seguimento mais drasticamente atingido, especialmente quando pobre, negro e do sexo masculino; sendo o tráfico ilícito de drogas a maior motivação, ou mesmo, quase que exclusiva. Depreende com isso, que o combate eficiente à violência passa fundamentalmente pelo conhecimento das especificidades criminais locais.

CONSIDERANDO que a gestão contemporânea da Segurança Pública não se reduz à compra de armas, fardamento e viaturas, mas, essencialmente, ao respeito ao caráter multidimensional da atividade, privilegiando intervenções globais circunscritas territorialmente, nas quais a presença policial seja acompanhada de atendimento social, conforme comprovam as experiências internacionais mais bem-sucedidas. Conclui-se, assim, que o êxito da atividade policial e prisional depende da compreensão das

autoridades e da sociedade de que a **Segurança Pública é matéria** de Estado e não apenas de governo.

CONSIDERANDO que se os governantes e todas as forças organizadas da sociedade compreendessem a complexidade do problema, a gravidade da situação e os riscos sociais e institucionais implicados na área da Segurança Pública, com certeza se disporiam a somar os seus melhores esforços na solução das questões sociais e na construção de um grande Acordo pela Paz, que passa pelo diálogo respeitoso e construtivo entre o Estado e os movimentos sociais, especialmente por intermédio dos Conselhos de Segurança e Conselhos de Comunidades.

## 2. CONTRIBUIÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/GOIÁS

Diante da dimensão da violência e da criminalidade, a Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional Goiás (OAB-GO), por intermédio de seu presidente Dr. Lúcio Flávio de Paiva, por delegação à Comissão de Segurança Pública e Política Criminal, criou um Observatório Criminal para pensar, discutir e analisar a questão da violência e da segurança pública, e, no dia 17.02.2016 realizou uma AUDIÊNCIA PÚBLICA denominada — CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA URBANA: OUVINDO OS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA (Ata anexa), evento prestigiado com a participação de autoridades dos três níveis e esfera de poder, presidido pelo Dr. Lúcio Flávio de Paiva.

Após inúmeras reuniões e entrevistas, a Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da OAB/GO, fugindo das questões meramente corporativas e, sobremaneira, das usuais e já sabidas críticas ao Sistema de Segurança Pública e Justiça Penal, houve por bem produzir este — **DOCUMENTO PÚBLICO** — para os mandatários desta nação, contendo as principais reivindicações e sugestões ofertadas pelos órgãos e profissionais da área de Segurança.

As propostas aqui apresentadas visam redirecionar ações e metas para aperfeiçoar o alcance e a eficácia da Segurança Pública e Justiça na prevenção e repressão a violência e a criminalidade, a

fim de reduzir a impunidade e oferecer maior tranquilidade ao cidadão.

As soluções ora condensadas pela OAB/GO reúnem os principais anseios dos agentes de Segurança Pública, incluindo os do Sistema Prisional e da Guarda Civil Municipal, e objetivam aumentar, sobretudo, a percepção da presença e do sentimento de confiança no Poder Público, em prol de uma sociedade cada vez mais organizada, solidária e democrática.

Portanto, as ações aqui expostas para a área da Segurança e Justiça não expressam somente o desejo das instituições governamentais, mas reafirmam, sobretudo, a luta e o anseio dos dirigentes de associações e conselhos comunitários, isto é, da sociedade civil organizada, da qual a **Ordem** se coloca como caixa de ressonância.

Além do mais, as condições ora listadas buscam dar praticidade a atuação dos órgãos da Segurança Pública e Justiça, permitindo-lhes trabalhar sob o enfoque de mútua colaboração, sem desrespeitar suas identidades quando desta integração, nem a transparência de suas ações ou o estrito compromisso com os Direitos Humanos para todos.

No entanto, a **OAB/GO** está ciente de que a efetividade destas reivindicações será proporcional à medida que venham **efetivamente a ser executadas** pelo Poder Público, catalisando o esforço conjunto das ações comunitárias realizadas pela sociedade civil, especialmente as instituições e entidades religiosas e classistas.

A intenção precípua da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da OAB/GO ao lançar este DOCUMENTO foi a de assegurar um dos principais direitos fundamentais do cidadão: o direito à segurança, a qual se tornará plenamente possível mediante o emprego das propostas aqui elencadas/SUGERIDAS, por intermédio de ações conjuntas e de motivações renovadas, pois só assim se conseguirá, de forma prática e permanente, impor limites às múltiplas e complexas causas que geram o fenômeno da violência e da criminalidade.

Para bem cumprir esse desiderato, a Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da OAB/GO julga urgente a adoção das medidas catalogadas neste expediente de prevenção e repressão ao crime e a violência. Enfim, mesmo ciente de que as

reivindicações aqui enunciadas se interpenetram e dependem do conjunto dos resultados institucionais e sociais, a **OAB/GO** subdividiu didaticamente esta pauta nos tópicos abaixo:

#### NA ESFERA FEDERAL [GOVERNO FEDERAL]

- Criar o Ministério da Segurança Pública, estabelecendo:
  - ✓ Uma Política Nacional de Segurança para aumentar a sinergia entre os órgãos e os operadores de Segurança Pública e que possa, também, subsidiar vencimentos dos servidores da área de segurança. Neste plano, deve ser admitida a participação dos municípios no Sistema de Segurança Pública, por intermédio da Guarda Municipal e Guarda Civil, com a criação de carreira própria, pois o esforço deve ser de todos, inclusive da sociedade civil organizada.
  - ✓ Um (NOVO) Plano Nacional de Carreira para os Oficiais e Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.
  - ✓ Uma Lei Orgânica Nacional definindo as atribuições dos integrantes para a Polícia Civil (delegados, agentes e escrivães) e para a Polícia Científica; a fim de evitar a fragmentação, fragilização e falta de autonomia das polícias, buscando a maior convergência possível das carreiras, formação e organização institucional.
- Decontingenciar, urgentemente, e fortalecer as receitas do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), garantindo constitucionalmente o orçamento impositivo (verba carimbada) com o propósito de aperfeiçoar a gestão e garantir a atuação eficaz, integrada da Segurança Pública (federal, estadual e municipal) e a capacitação técnica e continuada das instituições policiais estaduais (militar, civil, científica e prisional).
- Consolidar o papel do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP) como colegiado consultivo, normativo, supervisor e articulador do Sistema Nacional de Segurança Pública, que precisa urgentemente agir por intermédio de diretrizes e normas técnicas nacionalmente uniformes.
- Fortalecer o CONASP como instância de articulação federativa, com representantes dos três níveis de

- governo e da sociedade civil, indicando prioridades, facilitando a integração das ações, e avaliando resultados.
- Reexaminar a composição do CONASP com vistas a uma participação mais ampla dos secretários estaduais responsáveis pela área de Segurança Pública e de Defesa Social, dos dirigentes das Guardas Civis Municipais e dos representantes da Segurança Privada.
- Disciplinar o Sistema Nacional de Segurança Pública de sorte a integrar as ações de todos os órgãos e programas federais que contemplam a área de segurança e cidadania, visando uma melhor atuação em prol da sociedade civil de forma articulada com as autoridades estaduais e municipais.
- Compatibilizar no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Pública as normas de combate aos crimes interestaduais e internacionais, praticados por organizações criminosas nacionais ou estrangeiras, com destaque para o terrorismo, contrabando de armas e tráfico de drogas ilícitas, lavagem de dinheiro e crimes conexos; crimes contra a administração pública e sistema financeiro, por se constituírem os maiores causadores de danos à sociedade contemporânea.
- Criar o segmento fardado da Polícia Federal, equipando e elevando o seu contingente de sorte a executar ações táticas e ostensivas nas fronteiras secas e marítimas, portos e aeroportos, e em operações especiais e ou conjuntas com as Polícias Estaduais e outros organismos, a fim de substituir a Força Nacional, cujo emprego, na verdade, tem agravado ainda mais a deficiência do contingente de policiais militares estaduais. além de hoie atuando de forma estar descontinuada, limitada e temporária.
- Alterar a Lei e Execução Penal (LEP) tornando o estudo e o trabalho obrigatórios a todo sentenciado, incluindo a efetiva indenização das vítimas. Enfim, todo preso só poderá sair do Sistema Prisional após cumprir plena e integralmente a sua pena e, como prova de sua ressocialização, obter um diploma de curso profissionalizante e, ainda, no âmbito do Sistema Prisional, exercer um labor, a fim, inclusive, de indenizar diretamente as suas vítimas, o Estado e a sociedade.

- Alterar a legislação de Execução Penal quanto a quem cabe a responsabilidade pela custodia dos reclusos, disciplinando que os apenados com 4, 8 ou mais de 8 anos de condenação, seriam detidos ou presos nas esferas municipal, estadual e respectivamente. Essa política federal. nova ressocialização, municipalizando e federalizando a custódia de parte significativa da população carcerária, desonerará o Estado fazendo com que possa investir em outras áreas da segurança pública [em tese, os municípios fariam a gestão integrada das alternativas penais e alternativas à prisão, os estados do regime semiaberto e a União do regime fechado; os estados ficariam, ainda, com a gestão dos presos provisórios].
- Criar uma legislação que assegure o efetivo controle de uso e comercialização de armas de fogo. Em 2015, como exemplo da facilidade e da banalização do porte ilegal, em Goiás foram apreendidas 4.000 armas de fogo.
- Criar uma legislação considerando crime hediondo o assassinato de agentes da lei, em razão da crescente banalização das mortes de policiais civis e militares. Claro que a vida de um policial não tem maior valor do que a vida dos demais cidadãos, mas quando se atinge um agente da lei, a sociedade se sente mais desprotegida e ameaçada. Enfim, a violência contra policiais não pode ser aceita, pois representa uma afronta ousada, direta e hedionda ao próprio Estado.
- Editar medidas normativas que regulem o uso de armas de fogo e não letais por Agentes da Lei, especialmente em operações envolvendo grandes eventos, manifestações públicas e conflitos de massas.
- Criar norma jurídica especificando que o quantitativo da Polícia Civil deve ser de, no mínimo, de um terço (1/3) do previsto para a Polícia Militar e o da Polícia Técnico Científica de, no mínimo, um terço (1/3) da Polícia Civil. Quanto ao Sistema Penitenciário convém citar que a ONU recomenda 1 servidor para cada 3 presos e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), para estabelecimentos penais destinados a presos provisórios e em regime fechado, estima 1 agente para 5 detentos.

Quanto ao quantitativo ideal para a Polícia Militar, existe uma constatação mundial de a média ideal tem sido de 300 policiais por 100.000 habitantes, ou seja, de 1 policial para cada 333 cidadãos, conforme o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgado no 20º Congresso de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, realizado em Salvador/BA, em abril de 2010. Convém frisar que a ONU nunca recomendou o tão falado índice de 1 policial para cada 250 pessoas.

## NA ESFERA DO GOVERNO ESTADUAL SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Prioridade inadiável, abrir concurso público para recompor particularmente as necessidades de pessoal da Polícia Militar, Polícia Judiciária, Polícia Técnico Científica e do Sistema Prisional, cujos servidores estão sendo submetidos a jornadas desumanas de trabalho. Até porque, esta sobrecarrega tem se refletido na qualidade do serviço. Convém frisar que o governo estaria desrespeitando, inclusive, uma lei do Estado de 2012 que trata do efetivo. Por exemplo, a lei prevê 6.000 servidores para Polícia Civil, mas, atualmente, conta com 3.000. Enfim, a sociedade cresceu e o número de pessoas em conflito com a lei aumentou pela desestruturação familiar e a precariedade da educação, mas o número de policiais decresceu.
- Rever as normas e regulamentos do Fundo da Segurança Pública, adequando as despesas de investimentos e custeio, além de fixar percentual de gasto para cada instituição e para o titular da Pasta da Segurança. Pois, até mais grave do que a atual falta de efetivo é a ausência de uma estrutura operacional e de valorização profissional, que não se limita à questão salarial. Nesse sentido, autoridades do governo tem tornado público que 80% dos recursos destinados para a segurança são gastos com folha de pagamento, porém, isso não é investimento nem despesas com gasolina, também, não é investimento.
- Fazer urgente gestão junto ao Poder Executivo e Judiciário visando resolver a pendência ora existente no processo licitatório do denominado <u>Projeto Goiás Biométrico</u> (banco de dados digital), em razão do benefício operacional que este

- proporcionará à PM e a PC ao facilitar a identificação de autores de crimes e de pessoas desaparecidas.
- Propor uma legislação que normatize as atribuições do papiloscopista da Polícia Técnica Científica que hoje vem sendo proibido de atuar em locais de crime por falta de amparo legal. Urge uma solução pela extrema importância da coleta de impressões digitais nos locais de crimes de roubos e furtos de veículos, por exemplo.
- O Estado deve prestar auxílio aos policiais envolvidos em crimes no exercício da função. Para tanto, o Estado deve buscar uma solução adequada, seja colocando como obrigação da Defensoria Púbica a defesa dos policiais envolvidos em confronto quando em serviço, pois hoje eles se sentem como cidadãos de segunda classe e não detentores de direitos e garantias constitucionais, na medida em que estão sujeitos a inversão do ônus da prova, isto é, tendo que provar a inocência; outra solução seria colocar tal encargo sob responsabilidade da Procuradoria Geral do Estado. Alguns policiais estão sendo punidos por não terem condições financeiras de contratar bons profissionais e outros estão dissipando o seu patrimônio e o da família para provarem que não são culpados.
- Realizar o planejamento de Segurança Pública a partir de variados bancos de dados interligados, a fim de evitar que a burocracia cartorial prevaleça sobre a atividade policial. Para tanto, as instituições devem utilizar mapeamento digital dos crimes, mediante softwares que indiquem e acompanhem tipos, modos e criminosos que atuam em determinada região. Hoje, especialmente no interior do Estado, a população tem ficado refém de constantes roubos a bancos, cujos delinquentes se valem de explosivos e usam de extrema violência.
- Organizar e administrar os recursos materiais e humanos da polícia sob a ótica de metas de produtividade, essencialmente mediante o gerenciamento territorial, onde seja definida uma área de responsabilidade, disponibilizando os recursos compatíveis, definindo metas e meios de planejamento para

superar os óbices e avaliando o desempenho visando à correção de rumos.

- Inibir o emprego dos servidores da Segurança Pública fora da atividade fim, ou seja, evitar o excesso de policiais em atividades acessórias ou meramente burocráticas, a exemplo daqueles à disposição de autoridades, fazendo segurança patrimonial ou pessoal, segurança de presídios ou empregado em ações administrativas ou assistenciais, pois tais desvios comprometem a segurança e o controle da criminalidade e da violência. Em 2015, segundo dados obtidos, somente da Polícia Militar estavam prestando serviços foram da corporação 575 policiais, sendo 76 oficiais e 499 praças.
- Instalar em um único local os comandos e as chefias regionais da Polícia Militar (PM), Corpo de Bombeiro Militar (CBM), Polícia Civil (PC) e Polícia Técnica Científica (PTC) de sorte a favorecer o planejamento de ações conjuntas de prevenção e repressão ao crime e a intensificação das ações operacionais integradas e articuladas, especialmente nos locais onde as taxas de violência urbana ou rural apresentem índices preocupantes.
- Instituir um relatório mensal para os titulares regionais com vários itens do que deve ser inspecionado nas unidades e localidades de suas circunscrições, com planilhas que permitam acompanhar o desempenho, as atendidas, o controle de munição e do armamento, as viaturas e os tipos de equipamentos mais utilizados, inclusive quanto às acões de prevenção е repressão particularmente as de saturação da ação policial em áreas críticas, priorizando a redução dos crimes contra a vida.
- Reestruturar ou redefinir as unidades físicas das polícias para aquelas localidades que apresentem altos índices de práticas criminosas, particularmente quando situadas nas divisas das unidades federadas.
- Incrementar a Atividade de Inteligência em todas as instituições policiais, especialmente por meio de núcleos de coleta e busca nos comandos e delegacias regionais, a fim de

potencializar as ações policiais de prevenção e repressão às organizações criminosas, por meio do mapeamento dos locais com maiores índices de crimes e do prévio conhecimento do *modus operanti* e identificação dos delinquentes que vêm atuando nas regiões.

- Quanto ao Órgão de Inteligência subordinado diretamente ao Secretário, a legislação precisa especificar que esta função é privativa de um delegado de polícia, preferencialmente de classe especial da Polícia Civil, atendendo a essência da Atividade de Inteligência que é a de investigar.
- Estimular a participação dos poderes públicos municipais em prol do fortalecimento das atividades policiais, priorizando a restauração dos espaços públicos que estejam deteriorados ou com infraestrutura deficiente e que estejam concorrendo para o aumento da criminalidade, dando ênfase à execução de atividades lúdicas que colaborem com o convívio social pacífico. Nesse sentido, as ações sociais mais adotadas para as áreas críticas da criminalidade têm sido:
  - ✓ Regularização fundiária, para garantir aos moradores de favelas e loteamentos irregulares a propriedade de seus lotes.
  - ✓ Infraestrutura urbana sustentável, com praças arborizadas e espaços para lazer, iluminação pública, telefone público, acesso gratuito à intenet, saneamento, transporte e sistema viário.
  - ✓ Educação, incluindo ensino básico, alfabetização de jovens e adultos, bem como a qualificação e requalificação profissional.
  - ✓ Estimular a prática de esporte, cultura (dança e teatro) e lazer, com apoio à implantação ou melhoria de centros comunitários e quadras esportivas. Neste caso, com a contratação de monitores recrutados nas próprias comunidades ou nos centros de ensino superior adjacentes.
  - ✓ Prevenção do uso de drogas ilícitas e a criação de centro de apoio à recuperação de dependentes

químicos (ver documento anexo – PROGRAMA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, JÁ ANTERIORMENTE ENCAMINHADO).

- Sugerir a criação, na agenda do Secretário, de uma reunião mensal com a cúpula da Segurança Pública e Defesa Social para ouvir as entidades representativas das instituições policiais e as associações e conselhos comunitários, não só sob a perspectiva crítica e reivindicatória, mas com apresentação proativa de sugestões, propostas e apoio às iniciativas da Segurança Pública.
- Fazer parceria com organizações, grupos e associações para congregar meninos de rua e/ou em situação de rua, sob pretexto esportivo, de lazer ou cultural e religioso objetivando minimizar a exacerbação da violência e a vulnerabilidadeà que estão sujeitos e privilegiar um processo de reinserção social, especialmente em área de extrema carência, como as periferias e favelas, visando, sobretudo, retirá-los da ociosidade e de circunstâncias que facilitem o seu contato com o crime e com situações de violência. Nessa parceria devem ser envolvidos, também, clubes de serviços, clubes esportivos e artistas. Estas atividades lúdicas surtem melhor resultando quando realizadas no período noturno.
- Fazer parceria com a área educacional, especialmente com universidades e faculdades, para que intensifique em seus cursos um período regular de serviço comunitário, nos moldes do serviço civil voluntário, prescrito pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, com objetivo de despertar valores de cidadania, solidariedade e maior integração social.
- Cadastrar as Guardas Municipais no Estado quanto aos serviços que executam, face ao quantitativo dos funcionários previstos e existentes, e quanto aos meios materiais que dispõem, a fim de verificar a sua capacidade operacional e proficiência profissional. Foi dado poder de polícia para as Guardas Civis, porém os prefeitos não vêm oferecendo formação nem condições e trabalho. Resta, assim, aos governos federal e estadual propiciar uma adequada

capacitação, visando reduzir atos de vandalismo como o grafitismos, depredações ao patrimônio (telefone, pontos de ônibus, lixeira e bancos de praças públicas), e combater o uso inadequado dos espaços públicos.

- Divulgar nos meios de comunicação social as boas práticas e os projetos bem-sucedidos voltados à prevenção e combate da criminalidade de sorte a aumentar a consciência de prevenção e combate a todas as formas de violência, a fim de intensificar a cultura de paz e uma mobilização em prol da paz social.
- Uniformizar o uso somente da Algema Rígida por parte das instituições de segurança. Nesse modelo, os punhos são unidos por um bloco ou barra de metal, tornando-a mais flexível que a algema articulada, porém mais rígida que as algemas com corrente. A Algema Rígida permite que o agente de segurança utilize técnicas de imobilização enquanto apenas um punho esteja algemado, o que a torna ideal para lidar com suspeitos ou criminosos que estejam oferecendo resistência.

## ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Criar uma Academia Estadual de Segurança Pública com a finalidade de padronizar e aplicar um currículo indispensável ao Núcleo de Formação Básico do profissional da área de Segurança, Justiça Penal e Prisional, a exemplo de direção defensiva, informática, direito constitucional e administrativo e direitos humanos, ficando as Academias das instituições com os cursos de capacitação específica e de especializações, com vistas ao combate eficaz da criminalidade.
- Fazer parcerias com Universidades e Institutos de Pesquisas, ou com núcleos de estudo da violência e núcleos de estudo da Segurança Pública, quer privados ou públicos.
- Discutir financiamentos com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por intermédio da abertura de linha da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), envolvendo pesquisa tecnológica ou na área de direitos humanos.

- Elaborar estudos, junto ao Conselho Estadual de Educação e às Academias das instituições de Segurança Pública, para a criação e adequação das grades curriculares ou de novos cursos, com fundamento na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), padronizando a formação e a qualificação do ensino policial, comungando critérios éticos, psicológicos e profissionais.
- Criar um banco de dados unificado de qualificação dos profissionais da Segurança Pública, com o propósito de melhor conhecer os seus recursos humanos para valorizá-los, por meio de um Programa de Formação e Atualização Permanentes, além de conhecer a proficiência em idiomas.

#### CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E PRISIONAL

- Implantar e consolidar a existência de uma Ouvidoria Geral, subordinada ao Secretário, a quem cabe indicar o Ouvidor que deve ser escolhido dentre os servidores públicos efetivos, com reputação ilibada, bem como de um Corregedor no âmbito de cada instituição, ambos com mandato de 4 anos, permitida a recondução, por intermédio de uma lei, visando, sobretudo, suas autonomias e independências dos organismos policiais.
- Os órgãos da Segurança Pública ficam obrigados a fixar avisos, em destaque, nos locais de atendimento ao público e nos seus respectivos sites, notificando sobre a existência da Ouvidoria Geral e de sua Corregedoria, destacando o telefone, endereço e o e-mail.
- Arbitrar em até 30 dias para que as instituições de Segurança Pública adotem no todo ou em parte as recomendações oriundas da Ouvidoria Geral, ficando a autoridade responsável obrigada, em qualquer das hipóteses, a apresentar pronta justificativa.
- Adotar em lei que as requisições de servidores por parte da Ouvidoria Geral e das Corregedorias são em caráter

irrecusável e de atendimento imediato, pois somente um número suficiente de funcionários acelerará a apuração dos desvios de conduta e concorrerá para aumentar à credibilidade das instituições de Segurança junto à população, aplicando de imediato, quando for o caso, as reprimendas legais, a exemplo da depuração dos quadros policiais.

- Lotar nas Corregedorias e na Ouvidoria Geral servidores com mais de 10 anos de serviço, garantindo, inclusive, a inamovibilidade do pessoal ali lotado, além de gratificar seus integrantes.
- Promover a elaboração de normas éticas mínimas da atividade de Segurança Pública e propor alterações nas legislações disciplinares, objetivando a sua modernização e padronização, especialmente quanto aos casos de corrupção e violência, demonstrando preventivamente que os desvios de conduta só vilipendiam e maculam as Corporações.
- Não utilizar o Serviço de Inteligência para investigar desvio de conduta dos membros das corporações, mas criar nas Corregedorias uma fração de Inteligência Orgânica ou de Assuntos Internos, exclusivamente para investigar a conduta de seus servidores, bem como para manter atualizado um cadastro de todos os punidos e excluídos das instituições. No interior, o elo da Inteligência seria um Núcleo de Assuntos Internos instalado nos Comandos e Delegacias Regionais.
- Atualizar o regulamento disciplinar das Corporações, que deve ter no mínimo a hierarquia de uma Lei, pois o que ora existe no âmbito da Polícia Militar é um Decreto, a fim de permitir rápidas respostas diante de eventuais desvios de conduta, sem ferir direitos ou prejulgar os policiais.
- Criar sistemas de Disque Denúncia de 24 horas, identificando os locais onde estejam ocorrendo delitos praticados por agentes da lei, bem como recebendo e formulando elogios a respeito dos profissionais da área da Segurança.

## CONSELHO DE SEGURANÇA E CONSELHO COMUNITÁRIO

- Estimular a criação ou fomentar os Conselhos de Segurança Pública e os Conselhos Comunitários Municipais, com vista ao engajamento cívico e ao estímulo à cidadania dos diversos segmentos sociais. Convém assemelhá-los aos moldes do Nacional de Segurança, que tem a seguinte composição: 30% de gestores, 30% trabalhadores e 40% sociedade civil organizada.
- Consensuar que o aparato da Segurança trabalhe em parceria com outras agências do serviço público, entidades comunitárias e até mesmo com a segurança privada, utilizando metodologias de gerenciamento de conflito e estimulando o emprego por parte das instituições da filosofia de Policiamento Comunitário.
- Incrementar e expandir em todo o Estado a filosofia da Polícia Comunitária, por meio de seminários, cursos e debates, envolvendo os integrantes da Segurança Pública e da sociedade civil, a fim de capacitar as lideranças comunitárias e intensificar a cultura de paz e da não violência. Além do mais, sob a coordenação da Polícia Comunitária, criar grupos de trabalho (GT) para prevenir a violência em áreas críticas.
- Realizar campanhas, seminários, cursos e outras atividades com representantes das comunidades locais ou segmentos sociais (estudantes, profissionais liberais, assalariados) para orientação quanto à segurança individual, prevenção de drogas ilícitas ou de segurança no lazer, e recolhimento de sugestões ou programação de ações conjuntas.

## **POLÍCIA MILITAR [SUGESTÕES]**

 Intensificar as ações preventivas, com base em critérios científicos e modernas técnicas de policiamento, com destaque para o Policiamento Comunitário. Consequentemente, a Polícia Militar precisa se concentrar em um policiamento ostensivo mais proativo e menos reativo, contando com as ações de Inteligência Policial para basilar o seu planejamento, além de aumentar o uso de tecnologia

- aplicada ao policiamento territorial, tais como: rádio, GPS e smartphone.
- O Comando Geral deve manter um registro atualizado dos policiais mortos ou feridos com suas sequelas, durante o expediente ou fora dele.
- A PM deve criar mecanismos de valorização do bom atendimento à comunidade e de efetivo policiamento ostensivo territorial, este por ser a principal missão da Corporação. Para aqueles que trabalham em áreas mais críticas ou que se envolvam em confronto com meliantes, a Polícia Militar precisa tornar obrigatória a avaliação psicológica e o acompanhamento físico e funcional, cujo periodicidade fica a critério médico.
- Além de aumentar a autonomia gerencial do comandante do policiamento ostensivo, a PM precisa evitar o emprego de homens desacompanhados e privilegiar o uso de duplas (Cosme e Damião) ou de pequeno grupo (guarnição de rádio patrulha), bem como deve qualificá-los para avaliar situações e tomar suas próprias decisões nos locais onde intervierem.
- O Comando Geral deve possibilitar treinamento e a separar em segmentos especializados o policiamento ostensivo: Policiamento Ordinário ou Policiamento Territorial; Policiamento Comunitário ou de Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOPS); e Policiamento de Intervenções (específicos de controle de massa ou de ações especiais ou missões graves).
- O Comando Geral deve disciplinar o emprego em todo o Estado do Batalhão de Choque e do Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM), bem como sobre o uso de forças especiais como o Grupo de Patrulhamento Tático (GPT), cujos integrantes deverão ser reciclados periodicamente em direitos humanos e em resolução pacífica de conflitos.
- Intensificar as atividades de Polícia Comunitária em todo o Estado e de Patrulhamento Rural em rodovias, além da

criação de uma Companhia com curso de sobrevivência no cerrado em cada Comando Regional, a fim de especializar a Policial Militar na perseguição e confronto com delinquentes no meio rural, hoje uma das vulnerabilidades da polícia ostensiva.

- Extinguir o Batalhão Escolar e repassar esta obrigação para a Guarda Metropolitana ou Guarda Civil.
- Estimular com mais acuidade a Academia a manter intercâmbios com as demais Polícias Militares, buscando aprimorar e padronizar as atividades operacionais e ostensivas, sob o foco da eficiência.

#### CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

- Corpo de Bombeiros Militar é a Organização responsável pela prevenção e combate a incêndios, pela busca e salvamento, e pela Defesa Civil, prevista no art. 144, § 5º da Constituição Federal.
- O Governo precisa fortalecer as atribuições do Corpo de Bombeiros Militar no que diz respeito à tranquilidade pública e à salubridade pública, ambas integrantes do conceito de ordem pública.
- O Estado precisa criar uma legislação que redirecione, essencialmente, o CBM para a Defesa Civil, para que a corporação possa combater, além das calamidades públicas e enchentes, as consequências de qualquer atentado terrorista, especialmente quando de ataques com armas químicas e biológicas (biotecnologia), mediante o emprego de vírus, a partir de materiais sintéticos, e da criação de produtos químicos, que alteram a consciência e o comportamento humano.
- O CBM deve urgentemente se especializar para se contrapor as sequelas das armas químicas e biológicas, particularmente daquelas que usam Toxinas Bacterianas e Vírus para matar pessoas com doença, tais como a dengue, botulismo, antraz e

pestes. Essa situação que afeta a saúde pública é extremamente preocupante, pois até mesmo os vírus e as bactérias não mortais, quando manipulados pela engenharia genética, se tornam resistentes a qualquer antibiótico, vitimando populações inteiras.

- O Corpo de Bombeiros deve manter atualizada uma "rede de prevenção" de peritos e profissionais das áreas das ciências biológicas e da biotecnologia, tanto do setor público quanto privado, para ajudar na prevenção e no combate das consequências catastróficas do emprego químico e biológico não regulamentado.
- Para se adequar a esta cruel realidade contemporânea, a Academia do CBM precisa adequar a sua grade curricular e o Serviço de Inteligência da Instituição necessita preparar profissionais com este novo perfil.

#### POLÍCIA CIVIL OU POLÍCIA JUDICIÁRIA

- O governo precisa melhorar a qualidade dos serviços da Polícia Civil, é a Polícia Judiciária — A Polícia com balcão mediante uma melhor distribuição e emprego de seus financeiros. recursos humanos е Para isso, "reengenharia" terá que relocar e fechar delegacias nas localidades com baixos índices criminais ou reduzido número prevalecendo, assim, de habitantes. a instalação delegacias por critérios técnicos. Por exemplo, segundo o Censo do IBGE de 2010, 64% ou 157 municípios goianos possuem até 10.000 habitantes, não justificando a existência de um distrito policial, mas de um posto policial.
- Essa reestruturação prevê a criação de regiões polos com "superdelegacias" e centrais de flagrante, com significativo número de delegados, escrivães e agentes, que seriam acionados para abrir procedimentos e investigar crimes mais graves, tais como homicídios, com autuação em flagrante, onde existissem os Postos da Polícia Judiciária. Enfim, priorizando a investigação dos crimes contra a vida sobre a dos crimes contra o patrimônio.

- Jurisdicionadas a essas "superdelegacias" seriam implantadas unidades menores, como Postos da Polícia Judiciária, em vilas, distritos e pequenas cidades, utilizando a mesma estrutura física da Polícia Militar. Nesses postos seria lotado um Escrivão da Polícia Civil ou, excepcionalmente, Policiais Militares, como responsáveis para lavrar as ocorrências e os boletins, efetuar prisão em flagrante e proceder à resolução informal de conflitos. Tais registros seriam feitos em um sistema integrado de fácil acesso pela delegacia responsável pela circunscrição.
- Os Postos da Polícia Judiciária devem ser instalados, ainda, nos bairros, vilas ou cidades menores, evitando, assim, a instalação ou a manutenção de delegacias que ora funcionam como meros pontos de atendimento ao público, sem a necessária retaguarda de equipes de investigação. Nestas localidades, deve ser facultado aos oficiais da Polícia Militar o preenchimento do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO).
- Adotar um planejamento descentralizado, visando a cogestão da Polícia Judiciária, por meio da participação das Delegacias Regionais, o que dará maior efetividade ao planejamento e às decisões estratégicas da Polícia Civil, até porque o policial conhece melhor as condições ambientais em que os crimes ocorrem e onde atuam os criminosos habituais. Assim, as soluções peculiares surgirão da correta interpretação das conexões entre os fenômenos sociais e criminais locais.
- Aumentar o número de veículos da Polícia Judiciária descaracterizados, a fim de facilitar e incrementar a atividade de investigação. Deste modo, faz-se necessário diminuir o emprego de viatura pintada ou plotada e com rotolight, bem como uniformes, pois isso caracteriza policiamento ostensivo, o que constitucionalmente é de competência da Polícia Militar (PM).
- Aumentar a carga horária dos cursos estaduais feitos para os agentes da lei, especialmente do curso de formação, a fim de melhorar a capacitação da Polícia Civil para conduzir

investigações, sob a supervisão de um delegado, contando com tecnologia aplicada à investigação criminal.

- Divulgar o imenso trabalho social e de direitos humanos que vêm sendo desenvolvidos no seio da Instituição, particularmente pelas delegacias especializadas de proteção à mulher, ao meio ambiente e de atendimento a criança e ao adolescente, bem como quanto ao programa preventivo de inibição ao uso de drogas e as atividades que combatem a exploração e a prostituição infantil e o tráfico ilícito de drogas.
- Valorizar institucionalmente o informativo, por meio da intranet, que veicula matérias de interesse da Polícia Judiciária e que permite ao policial o acesso a matérias sobre a atividade policial e temas afins.
- Desburocratizar o Inquérito Policial (IP), transformando-o em um instrumento célere e efetivo de oferecimento de denúncia ou queixa por parte do titular da ação penal, ou seja, o Ministério Público, evitando, assim, que a tramitação de papéis sobrepuje a apuração dos fatos, bem como o descumprimento do prazo ou a falta de elementos idôneos que autorizem o MP a ingressar em juízo, inibindo desse modo o processo.
- Ampliar o leque de delitos com registro por meio do Boletim On Line, evitando a demanda indesejada junto às delegacias de polícia, especialmente durante os plantões.
- Nos anos de 2010, 2011 e 2012, a Polícia Federal remeteu ao Ministério Público Federal 211.834 inquéritos criminais. Desse total, apenas 17.744 ou 8,3% resultaram em denúncias encaminhadas ao Judiciário por procuradores da República contra os investigados. Do total dos inquéritos, 151.111 ou 71,3% foram mantidos em aberto, com "dilação de prazo" por falta de efetividade ou robustez nas provas. Além do mais, por falta de provas ou inconsistências variadas, desceram ao arquivo 41.530 ou 19,6% dos inquéritos.

### POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA

- A principal ferramenta da Polícia Científica deve ser os bancos eletrônicos de amostras de DNA e de identificação de impressões digitais e fisionômicas.
- A Polícia Científica precisa oferecer cursos que treinem os agentes de segurança para a preservação do local do crime e, em casos determinados, para a coleta apropriada de indícios.
- Os recursos materiais e humanos da Polícia Científica devem se concentrados, em face da escassez, para abreviar a expedição de laudos que abarquem a análise dos casos complexos e que envolvam crimes contra a vida, cuja gravidade em Goiânia resultou, em 2015, no registro de cerca de 500 homicídios.
- O Estado de Goiás tem esta percepção, tanto que levou ao Governo Federal a proposta do programa denominado "Goiás com Vida", que visa construir uma rede que inclui a OAB e a sociedade civil organizada, integrando órgãos e sistemas, objetivando diminuir os números de homicídios.
- A Polícia Técnico Científica produz provas em todas as fases da persecução penal, garantindo segurança jurídica. Porém, devido à falta de investimento, ela não consegue atender nem 20% da demanda e, por isso, criminosos estão sendo soltos por falta de provas. No interior do Estado, a situação é mais precária, pois há peritos e médicos trabalhando sozinhos e alguns estão com mais de 500 laudos para expedir.
- A Polícia Científica precisa criar condições para apressar a liberação dos corpos das pessoas falecidas submetidas ao Instituto Médico Legal (IML), em razão de estar gerando desgastes para a imagem da Segurança Pública e, consequentemente, do governo estadual.
- Uma solução para sanar este gargalho seria o Estado chamar e nomear urgentemente os concursados da Polícia Técnico-Científica.

#### SISTEMA PRISIONAL

- O Governo precisa articular-se com o Ministério Público e a Justiça para traçar uma política de Estado para o Sistema Penitenciário, cuja relevância, peculiaridade e complexidade exigem um tratamento sistêmico voltada para toda a área da Execução Penal. Quanto às unidades prisionais necessárias, cada Regional do Sistema Prisional deve ser contemplada com:
  - ✓ Centro de Inserção Social ou um Centro de Reintegração: regime fechado.
  - ✓ Colônia Agrícola ou Industrial: Semiaberto.
  - ✓ Casa de Albergado e Patronato: regime aberto, liberdade condicional e egressos.
  - ✓ Cada estabelecimento prisional contará com um colegiado, destinado a acompanhar e fiscalizar o seu funcionamento, garantindo-se, em sua composição, a participação de representantes da comunidade, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do privado de liberdade, de entidades civis de apoio ao detento e de familiares dos presos.
- Indubitavelmente, entre os mais graves óbices no Sistema Prisional está a superlotação carcerária e o diminuto efetivo de servidores. Existem 5 unidades prisionais em construção e a população carcerária goiana cresce 10% ao ano.
- Fechar a Penitenciária Coronel Odenir Guimarães pela sua total inadequação por expor cotidianamente a riscos os agentes prisionais e os detentos ali custodiados. A POG é um dos piores exemplos no país de como não deve ser um presídio, pois abriga 1.800 presos custodiados por 11 agentes diariamente. Buscar solução para essa excrecência é ação urgente, inclusive, as parcerias público-privadas.
- O Estado precisa optar pela construção de unidades prisionais de tamanho médio, com capacidade máxima para 250 reclusos, e adaptadas à concepção de socialização, mediante programas de educação e adaptação social.
- O Sistema Prisional precisa incentivar, cada vez mais, os programas religiosos e de assistência judiciária, bem como

implementar a assistência/justiça terapêutica, em razão do número de dependentes químicos na população carcerária, a exemplo do álcool, cigarro e outras drogas lícitas ou ilícitas.

- O Governo necessita modernizar a gestão do Sistema Penitenciário para fugir da tradição punitiva que segue o modelo de isolamento daqueles que quebram o código de conduta social. Para tanto, deve criar e implantar programas e cursos de formação profissional industrial, agrícola, artística, terapêutica e cultural para a clientela do Sistema Prisional, adaptados à realidade local.
- Com o propósito de atender um dos pontos basilares da Lei de Execução Penal (LEP) que diz que mais do que punir, é preciso recuperar os detentos, o Estado precisa promover cursos de formação de operadores de máquinas, reciclagem de materiais, informática, escultura em madeira ou argila, barbearia, jardinagem, confeitaria ou aulas do ensino regular, além daquelas da área artística como teatro, música e dança.
- Antecipando a tendência contemporânea de tornar obrigatório o trabalho para os presidiários, o Estado deve estimular ao máximo os afazeres de reintegração social ora existentes, a exemplo da fabricação de bolas, bolsas, camisetas e serigrafia, mediante remuneração.
- O Governo deveria tornar imprescindível em todas as unidades prisionais, em que fosse possível, a plantação agrícola, de horta, milho, feijão, arroz e até de chás medicinais, bem como de criação de peixes ou animais, como porcos, cabrito, galinha e gado, a fim de baratear os custos operacionais do Sistema e complementar e diversificar a alimentação dos detentos.

Goiânia, 08 de março de 2016

LÚCIO FLÁVIO DE PAIVA Presidente/OAB-GO EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO Presidente da CSPPC/OAB-GO

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA URBANA: OUVINDO OS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA REALIZADA NO AUDITÓRIO ELI ALVES FORTE, EM GOIÂNIA-GO, EM 17.02.2016.

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis (17.02.2016), às nove horas (9h), no Auditório Eli Alves Forte, teve início a Audiência Pública SOBRE CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA URBANA: OUVINDO OS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA. Tomaram assento na Mesa Diretiva dos Trabalhos a Diretoria da OAB/GO, composta pelos Advogados Lúcio Flávio Siqueira de Paiva - Presidente-Roberto Serra da Silva Maia - Diretor-tesoureiro. Também tomaram assento na Mesa Diretiva o Conselheiro Seccional e Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Dr. Rodrigo Lustosa Victor; o Presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal, Dr. Edemundo Dias de Oliveira Filho; Deputados Estaduais Adriana Accorsi e Major Araújo; Professor Edilson de Brito; Comandante do Policiamento da Capital, Cel. Divino Alves de Oliveira. Entidades representativas dos servidores da Segurança Pública do Estado de Goiás e demais autoridades presentes: Presidente da Associação dos Oficiais da PM e BMP, Cel. Anésio Barbosa da Cruz Jr; Presidente da Associação dos Delegados do Estado de Goiás, Dr. Waldson de Paula Ribeiro; Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás, Paulo César Alves de Araújo; Presidente da Associação de Cabos e soldados do Estado de Goiás, 2º Sg Gilberto Cândico de Lima; Presidente da Associação dos servidores da Sistema Prisional do Estado de Goiás, Jorimar Antônio Bastos Filho: Representante do Superintendente Executivo de Administração Penitenciária, Dr. Aristóteles Sakai de Freitas: Comandante da Guarda Civil de Goiânia e região Metropolitana, Elton Ribeiro de Magalhães; Secretária Geral da Comissão de Segurança Pública da OAB/GO, Dra. Maria Lúcia de Paula Freitas; Dr. Jucimar Pinto Ribeiro, conselheiro da Seccional OAB/Go; Dr. Fabrício Bonfim, Superintendente de Reintegração

Social; Dr. Antônio Maciel Aguiar filho, Presidente da Federação Nacional dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação; e demais convidados. O Presidente da OAB/GO, cumprimentou os presentes e ressaltou importância do tema da audiência pública, agradecendo de forma especial aos deputados estaduais presentes Adriana Accorsi e Major Araújo, pelas presenças; parabenizou os presidentes das comissões pela iniciativa Dr. Rodrigo Lustosa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Edemundo Dias de Oliveira Filho, Presidente da Comissão de Segurança Pública; agradeceu também as presenças do Professor Edilson de Brito, representante do Secretário de Segurança Pública; Cel. PM Divino Alves, Comandante do Policiamento da Capital, representante do Comando Geral da PM/GO, Dr. Roberto Serra, diretor-tesoureiro, convidando também para compor a mesa diretiva o Dr. Deusny Aparecido Silva Filho, Delegado Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás, em exercício. Prosseguiu o Presidente afirmando que a OAB/GO convoca audiência pública para discutir Segurança Pública porque primeiro trata-se do resgate de um compromisso de campanha feito aos membros da advocacia e toda sociedade goiana, no tocante a uma nova gestão atuante e protagonista nas grandes questões, procurando transformar OAB numa caixa de ressonância dos anseios da população. As audiências públicas vão ao encontro deste objetivo, assim já foi discutido em audiência pública o papel das OS's e o modelo que se pretende implantar na educação em Goiás e agora a questão da segurança que é preocupação de todos; acrescentou que percebe falta de sinergia entre instrumentos de segurança pública, por falta de lei nacional para política nacional de segurança pública; há políticas para áreas de meio ambiente, consumo, saúde, mas não há para a Segurança Pública, e a OAB já está discutindo essa questão. O objetivo maior desta audiência é ouvir os presentes, infelizmente o tempo será limitado, porém esta é a primeira de outras iniciativas, assim declarou aberta sessão, passando a palavra ao presidente da Comissão de Direitos Humanos Direitos Humanos, Dr. Rodrigo Lustosa, que cumprimentou os presentes e iniciou ressaltando que está percebendo diferença no tocante à receptividade nos órgãos da Segurança Pública, isto porque era bem recepcionado enquanto presidente da Comissão de Segurança Pública, o mesmo não acontecendo agora como presidente da Comissão de Direitos Humanos. Há rumores de que Direitos Humanos e Segurança Pública são divorciados, inimigos, o que causa certa dificuldade tendo em vista que os primeiros responsáveis por levar direitos humanos para sociedade são os agentes de segurança pública.

Disse reconhecer que nos espaços de luta por direitos humanos pretere-se muitas vezes aquele que trabalha na área de segurança pública, problemas de militância na área de direitos humanos. Lutará para minimizar o problema quanto à imagem da Comissão neste sentido, porém é perigoso o discurso de que Direitos Humanos são apenas para bandidos, porque assim parece que não estão reivindicando para si direitos, mas negando ao outro, esses direitos; havendo um desejo de que o outro não tenha direitos mais do que o desejo de que o direito próprio seja respeitado. Não há dúvida de que Direitos Humanos são para todos em todos os lugares, a luta é por direitos universais; nações que o fizeram com maior intensidade resolveram vários problemas inclusive de violência; há compromisso da OAB/GO em resguardar a defesa também dos policiais, e a sociedade não pode desconhecer o valor didático do policial. São policiais que dizem ao cidadão pode fazer ou não, não é o judiciário, não é o Ministério Público, os policial detém o maior poder que um agente público pode ter e funcionam para sociedade como superego dizendo: "O senhor não pode dirigir embriagado." Isso é defesa de Direitos Humanos e qual foi o lugar que esta sociedade deu aos policiais? Acrescentou que os policiais devem ser ouvidos, dizer quais são as questões a serem discutidas, pois ninguém pode se arvorar professor de segurança pública para quem a faz. Ressaltou, porém, que, como cidadão e advogado criminalista, algumas questões lhe ocorrem: como anda as jornadas de trabalho dos praças, dos policiais? Há que custo e sobre quem recai preencher o efetivo reduzido para tantos problemas? Estariam nossos policiais sobrecarregados? O desmanche das Polícias Civis precisa ser enfrentando.Parece que o Estado não quer prestigiar a solução legal porque uma boa persecução penal, um bom processo penal para que chegue a resultado satisfatório parte de um bom inquérito policial. E a que ponto chegou a deterioração da polícia! Um policial civil morto no feriado de carnaval e um agente prisional suicidou, conhecendo o ambiente prisional sabe-se que qualquer homem estaria fortemente sujeito a problemas de ordem psíquica trabalhando num ambiente como aquele. É para dar vasão a estas questões que esta casa e a Comissão de Direitos Humanos abre as portas aos profissionais da Segurança pública, mas esta Comissão não irá recuar um milímetro das questões que são equivocadamente ditas como contrárias à Segurança Pública. É preciso olhar para a letalidade das ações policiais, a situação dos presídios, levar direitos humanos para todos, em todos os lugares, em todos os momentos; esse é um compromisso da Comissão como também destinatário desses direitos e, sujeito às vicissitudes da alma humana, esses ideais só irão se concretizar através de cobranças e com participação de todos. Imediatamente, foi passada a palavra ao Presidente da Comissão de Segurança Pública Dr. Edemundo Dias de Oliveira, que agradeceu a Deus pela oportunidade de discutir o tema, após cumprimentos e agradecimentos, chamou para compor a mesa o representante de todas entidades da área de segurança pública, Sr. Paulo César Alves de Araújo. Prosseguindo, ressaltou a felicidade em estar trabalhando na OAB/GO, o caráter altruísta e voluntário que o motiva para colaborar com a sociedade discutindo grandes temas, evidenciando o tempo de serviço na área da segurança pública que o auxilia neste sentido. Informou aos presentes que há alguns dias oficiou à Secretaria de Segurança Pública solicitando dados estatísticos sobre a criminalidade em Goiás, porém até presente momento não recebeu resposta. Acrescentou que há controvérsias sobre esses números e a OAB quer ter conhecimento para colaborar com as autoridades constituídas; informou, ainda, que a Comissão de Segurança Pública e Políticas Criminais criou observatório criminal para pensar, discutir e analisar a questão da violência e segurança pública, sendo que os dados solicitados à Secretaria de Segurança irão auxiliar na elaboração de políticas públicas para a área de segurança. Enfatizou sua participação em vários fóruns e entidades representando OAB/GO, por último disse que a audiência é oportunidade para ouvir. A sugestão para a audiência pública foi feita ao Dr. Lúcio Flávio e ele prontamente aceitou, assim como Dr. Rodrigo Lustosa, presidente da Comissão de Direitos Humanos, para quebrar este falso dilema entre Direitos Humanos e Segurança Pública. Ressaltou, ainda, que Bíblia diz que tem um tempo determinado para todo propósito debaixo da céu, há um tempo de nascer e um tempo de morrer, tempo de matar e tempo de curar, tempo para plantar e para arrancar o que se plantou, tempo derrubar e tempo de edificar, tempo de chorar e tempo de rir, tempo de prantear e tempo de dançar, tempo de espalhar pedras e tempo de juntar pedras, tempo de abraçar e tempo de se afastar, tempo de buscar e tempo de perder, há tempo pra todo propósito debaixo do céu e hoje é dia de ouvir o agente de segurança pública. Ouvir suas dores, seus clamores, suas sugestões para formar uma pauta de discussão e levar às autoridades responsáveis, hoje é a vez e a voz do policial, hoje o policial pode falar na casa da democracia. O Presidente Lúcio Flávio informou que cada membro da mesa e inscritos teriam o prazo de 5(cinco) minutos para uso da palavra, iniciando-se os pronunciamentos pelos componentes da mesa. Dr. Rodrigo solicitou a palavra para registrar da presença do Secretário da Comissão de Direitos Humanos, Dr. Jorge Paulo Carneiro, ressaltando a relevante contribuição deste para a comissão. Em seguida foi passada a palavra para a Deputada Estadual Adriana Accorsi que, após cumprimentos, ressaltou importância do tema discutido pela OAB/GO parabenizando a instituição e os presidentes das comissões de direitos Humanos e Segurança Pública, em especial Dr. Edemundo Dias de Oliveira, pela iniciativa que demonstra preocupação com o povo de Goiás e aproximação da OAB à sociedade. Evidenciou o esforço dos policiais civis e militares apesar das dificuldades, disse que tem discutido o tema na Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, a qual preside, tendo realizado mais de 30 audiências públicas ao longo do ano passado no Estado de Goiás. Citou a gravidade da situação em Goiânia onde cerca de 500 homicídios foram registrados no último ano, sendo a maioria das vítimas composta por jovens negros e moradores da periferia; continuou citando que duas mil mulheres foram estupradas em Goiânia nos últimos anos; sobre as mortes dos policiais civis e militares afirmou que a vida dos policiais não tem maior valor que a vida dos demais cidadãos, mas quando se atinge um policial a sociedade toda se sente mais desprotegida. Acrescentou que a presente audiência pública é importante para que a Segurança Pública passe a ser prioridade para as autoridades não só de Goiás, mas de todo o Brasil, quando a segurança for prioridade, e políticas públicas forem formuladas o caminho será encontrado. Destacou que este caminho começa pela valorização do policial, questões que foram colocadas pelo Dr. Rodrigo como falta de efetivo, falta de estrutura e de valorização do policial, o caminho deve começar por aí não é só questão salarial, é de dignidade para exercer as atividades. Encerrou colocando-se como parceira da OAB. O presidente retoma a palavra e se diz preocupado com o grande número de estupros na Capital, ao que a Deputada Adriana respondeu que este número é muito maior, pois apenas 20% dos casos são notificados. Em seguida, o presidente registrou a presença do vicepresidente da Associação dos subtenentes e sargentos, Sgtº Ruy. Passada a palavra para o deputado estadual Major Araújo este parabenizou a OAB/GO e os presidentes das comissões da Direitos Humanos e Segurança Pública pela iniciativa, cumprimentou os representantes das instituições e todos os presentes, ressaltando a ausência do Secretário de Segurança Pública e do Comandante da Polícia Militar. Cumprimentou de forma especial o Diretor Geral da Polícia Civil, em exercício, Dr. Deusny, e ressaltou a importância de sua

presença. Após os devidos cumprimentos iniciou dizendo que a violência contra policiais não pode ser aceita, pois representa violência ao próprio Estado, sendo alarmante o número de policiais mortos e feridos nos últimos dias. Disse que o Estado transfere sua responsabilidade para o Governo Federal e para as leis que são frouxas, porém o judiciário informou que presos estão sendo soltos por falta de perícia, ou seja, falta estrutura e investimentos em segurança pública. Disse queo vice-governador informou que 80% dos investimentos em segurança são gastos com folha de pagamento, porém isso não é investimento e gasolina também não é investimento. Existe uma lei de 2012 que trata do aumento de efetivo que não é cumprida, o sistema prisional precisa de investimento em estrutura e aumento de efetivo, são necessárias viaturas e equipamentos modernos, no interior do Estado a população está refém pelos constantes roubos a bancos. O Dr. Rodrigo foi feliz quando falou sobre a delimitação da jornada de trabalho dos policiais, pois os policiais estão sobrecarregados e assim piora na qualidade do serviço, há também falta de planejamento, falta efetivo e melhor condição de trabalho, como disse a Deputada Adriana Accorsi. O que está havendo é um total improviso, a central de flagrantes é um improviso e causa prejuízo às operações em Goiás, a proposta da extinção das companhias independentes também, inclusive isso poderia ser explicado pelo comandante da Capital presente na audiência. Encerrou dizendo que é com muito sacrifício dos policiais que tem sido mantido o mínimo segurança, de sensação de segurança. O Presidente agradeceu ao parlamentar e fez registro da presença do Presidente da Associação dos Policia militares inativos Sr. José de Abreu. Em seguida a palavra foi franqueada ao Coronel Divino Alves de Oliveira, representante do Comandante Geral, este após cumprimentos, citou o esforço hercúleo da PM/GO e criticou a legislação leniente, frouxa e falha. Acrescentou que para a segurança pública é necessário "mais verba e menos verbo", adoção de política nacional de segurança Pública que contemple o sistema penitenciário falido e que também possa subsidiar vencimentos dos funcionários da área de segurança. Disse doer muito saber que um policial efetua prisão de um menor por 60 vezes e este menor é colocado em liberdade, doer muito saber que o autor de homicídio é preso em flagrante e solto para, logo depois, matar um policial. São necessárias políticas públicas para segurança e legislação para manter reclusos autores de crimes, a Polícia Militar tem feito seu trabalhado "há um caminho a ser feito e uma vitória a alcançar", há muitas dificuldades é preciso de efetivo,

aporte em comunicação e motivação, porém mesmo assim 4(quatro) mil armas foram apreendidas, quantidade das abordagens cresceu e os homicídios caíram porque as ações são planejadas. Agradeceu a oportunidade e encerrou enfatizando "mais verba e menos verbo". A palavra foi passada ao professor Edilson de Brito, que após cumprimentos, iniciou dizendo que a Secretaria de Segurança Pública nunca esteve tão empenhada nas questões de planejamento e gestão, sabendo onde está e onde quer chegar. Prometeu enviar resposta ao ofício do Dr. Edemundo informando dados estatísticos e fez reflexão sobre o momento atual, a crise de valores, econômica e política que refletem imediatamente na questão da segurança. Citou necessidade de reformas tributária, polícia e no sistema de segurança pública que está errado, necessidade de investimento por parte dos governos federal, estadual e municipal. Disse não se admitir que seja facultativa a participação dos municípios no sistema de segurança pública o esforço deve ser de todos, inclusive da sociedade civil organizada. Informou que a SSP tem desenvolvido ações com o município de Goiânia através da guarda municipal, uma ação integrada entre guarda Civil e outros órgãos através do projeto Goiânia mais segura. Disse que os Policiais estão muito cansados pela alta carga de cobrança, muitas e difíceis demandas, e os objetivos somente serão alcançados com esforços de todos, integrar políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal. O Estado de Goiás levou ao Governo Federal a proposta do programa denominado "Goiás com vida" em busca de recursos para construir uma grande rede que passa pela OAB, sociedade civil organizada, integrando órgãos e sistemas para diminuir números de homicídios. No momento de crise a união deve ser buscada para resolver o grave problema da segurança pública, gerar sinergia e integração entre os órgãos e sistemas problema é grave e a polícia sozinha não irá conseguir resolver precisamos de integração para reverter esse quadro que muito preocupa a todos. Em seguida foi passada a palavra ao presidente do SINPOL, Paulo César Alves de Araújo que, após cumprimentos e agradecimentos, disse não existir sistema de segurança pública nacional nem em Goiás, há um amontoado de ações, não havendo dúvida de que as Polícias Civil e Militar trabalham mas falta um conjunto de ações, as instituições devem se preocupar em desempenhas suas atividades cada uma no seu papel isso por si só já resolveria uma série de questões, por exemplo existem P2 investigando enquanto deveriam estar nas ruas fazendo trabalho preventivo, escrivães na administração enquanto os DP's estão sem escrivães, é preciso

colocar o dedo na ferida e deixar de lado problemas corporativistas porque a sociedade precisa de uma polícia que atue e resolva os problemas. Não há coordenação e integração das policiais, falta de integração afasta a comunidade da polícia os DP's estão sendo fechados, foi criada de central de flagrante com argumento de que os DP'S seriam desafogados para que pudessem se dedicar à investigação, mas não há efetivo e um policial não investiga sozinho, sem recursos não há resolução dos problemas. O Governo tem que agir e não ficar chorando e esperando que o Governo Federal faça algo, o Governador e seus gestores precisam trabalhar para a comunidade, é preciso concurso, os concursados da Polícia Técnico-Científica ainda não foram chamados, policiais não tem direito a horasextras, ficam de sobreaviso final de semana, são escravos do governo, não recebem adicional noturno, as condições de trabalho são péssimas, os índices de criminalidade estão crescendo, há total falência da SSP. Apresentou estatística disponibilizada pelo SISP -Sistema Integrado de Segurança Pública, com índices de homicídios no estado, finalizou dizendo que infelizmente a Polícia Civil está doente e a Segurança Pública falida por falta de competência. O presidente solicitou juntada do documento à ata, o que foi feito. Passada a palavra ao Dr. Deusny Aparecido Silva Filho que cumprimentou todos os presentes e disse ser notória a deficiência de efetivo na Polícia Civil, Militar e outras instituições, a lei prevê um efetivo de 6000 (seis mil) servidores para Polícia Civil que atualmente conta com 3000 (três mil), quando na realidade precisaria de 10.000 (dez mil), no mínimo. A demanda da Polícia Civil cresceu 52% e houve aumento de produtividade 75%, a falta de pessoal é marcante e assim necessária realização de concurso. Fez crítica ao Sistema penitenciário pela falta de efetivo e investimento, defendeu a federalização dos presídios para desonerar estado para que possa investir na segurança pública. Disse que a humanidade está falida com perda de perda de valores e relativismo, que enquanto houver brigas internamente todos morrerão de braços dados, com pensamento mesquinho não se consegue nada neste mundo, crises internas nas instituições agrava a insegurança, há necessidade de desenvolver ação integrada de todos com espírito fraterno, trabalho baseado em princípios social, moral e religioso. Passada a palavra ao Cabo Braga – vice-presidente da UNIMIL, este após cumprimentos ressaltou o importante papel da OAB/GO e a iniciativa, assim como falou sobre a ausência do Secretário de Segurança Pública e outras autoridades alegando que as ausências demonstravam falta de respeito e compromisso para com a sociedade civil

organizada. Lembrou que Audiência Pública que discutiu o ciclo completo de polícia na Alego estava bastante concorrida com presença de inúmeros oficiais e delegados de polícia e que na presente audiência não notou a mesma participação, o que mostra luta pelo poder. Os gestores aqui presentes encontraram culpados fora da esfera do governo, o jogo de empurra é que está matando os policiais, a união dos policiais teve que protocolar ação judicial para conseguir conserto de rádio, 150 excedentes da PM foram convocados por força de decisão judicial, quem está administrando o Estado não é o Governador, mas a Judiciário e o Ministério Público. Faço coro ao companheiro Paulo "nós temos um governador eleito". Quando o gestor fará sua parte? As pessoas estão morrendo por omissão do Estado de Goiás, há trabalho escravo na Secretaria de Segurança Pública, os funcionários estão sendo submetidos a assédio moral e pressão, sem efetivo não se faz segurança pública. Como ofertar Direitos Humanos se nos é negado estes direitos? Foram encaminhados expedientes com estas demandas para vários órgãos de Direitos Humanos, inclusive para a OAB/GO na gestão anterior. Audiência de Custódia é prejudicial à segurança pública, é invenção para não se investir no sistema prisional, o policial está desmotivado, idem a Central de Flagrante que é uma gambiara para consertar falta de efetivo da Polícia Civil. Finalizou dizendo que muito foi dito/falado, mas não viu solução apresentada. O Presidente da OAB/GO requereu ao cabo Braga que reencaminhasse à OAB/GO expediente garantindo que a resposta será dada pela instituição. Em seguida foi passada a palavra a Tiago Rodrigues da Silva, Presidente da Comissão dos aprovados concurso da PM/GO que, após agradecimento, ressaltou o direito dos aprovados e necessidade do Estado de Goiás, mesmo diante de decisão favorável do STF decisão nada se resolve e o que se vê é um jogo de empurra. A falta de Policiais Militares nas ruas aumenta criminalidade, sonho de 1300 aprovados está ficando para trás a nomeação destes aprovados poderiam auxiliar a minimizar os problemas de criminalidade, mas o Governo não demonstra boa vontade. Passada a palavra à Professora Rosângela Magalhães, após cumprimentos, ressaltou importância do tema da audiência e disse que após problemas de gestão a OAB/GO vive um ano especial de reaproximação da sociedade para cumprir seu papel histórico de falar em nome da sociedade. Afirmou que a sociedade cresceu, número de marginais cresceu e número de policiais decresceu, sendo esta uma questão de matemática básica que qualquer analfabeto pode fazer, é obvio que o caos iria se instalar. O maior

problema de segurança pública em Goiás é falta de pessoal tanto na Polícia Civil quanto na Militar, isso deve ser solucionado e não é com gambiarra como disse um antecessor. Fez crítica à Central de Flagrante e audiências de Custódia, ressaltou a ausência dos membros da Ministério Público e Judiciário e acrescentou que alguns deles tratam policiais que sofrem embates no trabalho como bandidos e aos bandidos são dadas flores, não se podendo admitir uma sociedade dessa onde bandidos tenham mais direito que policiais, como advogada criminalista disse ser liberal por natureza, mas não aceita que policiais sejam tratados como bandidos. Como mãe, dona de casa, professora e advogada enfrenta os problemas do mundo real diferentemente dos governantes e como cidadã afirma ter medo, a sociedade pede socorro, disse não entender os números apresentados porque no dia a dia só vê o aumento da violência, estão roubando até sacolas de supermercado, as pessoas estão sendo assaltadas ao saírem do supermercado, porém apesar do caos vivenciado e do medo continua acreditando na humanidade, sofre como cidadã mas não acredita que a humanidade não está falida. Passada palavra ao Tenente Coronel Anésio Barbosa, vice-presidente da associação dos oficiais da MP e BMP, após cumprimentos, ressaltou a importância do tema tratado na audiência e disse fazer coro aos posicionamentos apresentados anteriormente. Afirmou que o momento é de crise e que o Brasil precisa ser passado a limpo, porém isso é muito utópico e vago. É preciso preocupar de forma imediata com a falta de estrutura e investimento de todos entes federados, o Governo federal é o principal arrecadador de impostos e o pacto federativo deve ser revisto para que novas políticas sejam estabelecidas e fortalecidos estados e municípios permitindo que novas políticas sejam implementadas na área de segurança pública. Há outros fatores além da falta de investimento que exigem ações conjuntos: desestruturação familiar, precariedade da educação, assistencial social e saúde. Todas as políticas redundam na segurança pública e não se faz segurança pública só com polícia, a falta de efetivo é uma realidade, mas a integração dos entes federativos é necessária na resolução dos problemas da segurança pública. É preciso também voltar a falar sobre a visão do policial enquanto ser humano, policiais são tidos como cidadãos de segunda classe, não detentores de direitos e garantias constitucionais, p. ex. inversão do ônus da prova, o policial é imediatamente punido e depois deve provar que não é culpado. Citou a Operação sexto mandamento quando vários policiais forem encaminhados para presídios federais enquanto contra traficantes nenhuma atitude é tomada. Há uma

demonização dos policiais transferindo para eles a responsabilidade pela insegurança, é necessário que a OAB e toda sociedade estejam engajados nesta luta pela solução dos problemas de segurança pública e pela dignidade dos policiais. Terminou dizendo que há necessidade de se buscar soluções reais e não apenas de perfumaria, pois após quase 30 anos de serviços prestados só vê cada mais distante a solução destes problemas porque as verdadeiras causas não são atacadas. Passada a palavra ao Dr. André Abrão, Delegado de Polícia, este após cumprimentos, ressaltou a importância da discussão do tema e parabenizou a OAB/GO pela escolha do Dr. Edemundo Dias de Oliveira para presidir a Comissão de Segurança Pública. Citou a falência dos órgãos que compõem a Segurança Pública e a falha na ressocialização dos presos, criticou a audiência de custódia e sugeriu que a OAB o seguinte: que a OAB nacional apresente ao Governo Federal plano de decontingenciamento dos "fundos financeiros" para o sistema de segurança pública, foi promessa do campanha do Governo Federal a criação do Ministério da Segurança Pública com verba carimbada para a área, atualmente há um fundo cuja verba é usada sem qualquer critério; outra sugestão é a propositura de mudanças na Legislação para que seja possível o manter encarceramento de autores de alguns crimes, como p.ex. roubo. Os problemas da Segurança Pública são bandeiras de campanhas políticas, mas não recebem a importância devida, após eleitos esquecem os compromissos. Finalizou dizendo que apenas ação organizada pode trazer resultados para Segurança Pública; esta audiência não pode ser apenas mais uma reunião sem resultado, ações por parte do Governo do Estado também devem ser feitas. Retomando a palavra o Presidente, Dr. Lúcio Flávio, solicitou o registro das propostas com consequente encaminhamento à OAB nacional.Em seguida foi passada palavra ao Presidente Nacional dos profissionais em papiloscopia, Dr. Antônio Maciel, que após cumprimentos iniciou sua fala dizendo que no Estado de Goiás os problemas de Segurança Pública não serão resolvidos sem intervenção de entidades externas, dentre essas a OAB/GO. Informou que pós 46 anos sem aumento de efetivo espera-se agora a nomeação de 100 (cem) servidores concursados. Outra questão é o *Projeto Goiás biométrico* com grande alcance pois se trata de um banco de dados digitais que possibilitará à PM e PC agirem com mais eficiência, identificando autores de crimes e pessoas desaparecidas, o entrave foi gerado por uma empresa que participou do processo licitatório e ingressou com ação judicial alegando

superfaturamento nos valores da empresa vencedora, porém o que houve foi a escolha de empresa com capacidade técnica para realização do projeto. Várias gestões foram feitas junto ao Ministério Público e Judiciário para pôr fim à demanda, mas sem sucesso. Outro pedido é em relação à elaboração de uma legislação que descreva as atribuições dos papiloscopistas que hoje são proibidos de atuar em locais de crime por falta de lei estadual regulamente suas atribuições. É de extrema importância a coleta de impressões digitais p.ex nos locais de crimes de roubos e furtos de veículos, mas os papiloscopistas são impedidos de atuarem. O presidente Dr. Lúcio Flávio solicitou à Comissão de Segurança Pública que tomasse providências no tocante à ação judicial em curso no sentido de obter resposta do Judiciário. Em seguida foi passada palavra para opresidente da UGOPOCI, esteressaltou a importância do teor das falas dos seus antecessores: Paulo, presidente do SINPOL, Dra. Adriana Accorsi, Deputada Estadual, e Cel. Anésio. Acrescentou que já participou de inúmeras audiências para tratar de vários temas ligados à questão da criminalidade, porém todas sem resultado. Falou sobre sua decepção com ausência de várias autoridades e acrescentou que não acredita mais no Estado, que não cumpre seu papel e assim auxilia no aumento da criminalidade. Afirmou que Estado omite informação sobre verdadeiro índice de criminalidade e coloca população em risco, a voz dos policiais não chega ao Governo que não tem para disposição para ouvir. Os policiais estão sofrendo assédio moral e são inclusive impedidos criticar a instituição, apresentou áudio anônimo de um suposto policial criticando o sistema de Segurança Pública do Estado de Goiás, comprometeu-se a encaminhar áudio, porém não o fez. Encerrou sua fala deixando duas indagações: quantos policiais há na sua rua e no seu bairro neste momento? Quantos bandidos há na sua rua e no seu bairro neste momento? O Presidente, Dr. Lúcio Flávio, fez uso da palavra para dizer que a OAB e suas duas Comissões quer ouvir todas as instituições e garantiu que a audiência não será inócua terá consequências. Passada a palavra ao Sr. Gilberto, Presidente da Associação de Cabos e soldados, este ressaltou que as falas de todos são unânimes em pedir socorro, o Governo não tem compromisso com segurança pública e sociedade, com conhecimento de causa porque tem 33 anos de serviços. É com tristeza que vê o Governo pagando caro para fazer propaganda contra membros da segurança pública chamado todos de terroristas. Se policiais são terroristas o Estado está falido, foi dito que o sistema penitenciário está falido e eu

concordo, mas está falido para bandidos, mas não para PM's. Citou o caso de dois sargentos com 27 anos de serviços prestados, eles prenderam o autor do crime tendo este reagido os policiais deram-lhe "pranchetadas" que resultou em lesão corporal, por este motivo foram processados e perderam seus cargos. Indignado acrescentou que "bandido bom é bandido morto", sociedade paga caro pela falta de condições para polícia trabalhar. Agradeceu pela realização da audiência e por serem ouvidos os quem realmente trabalham na Segurança Pública. O Presidente retomou a palavra para esclarecer o caráter objetivo da audiência para discussão dos temas envolvendo segurança pública, alertando para o risco de excesso na retórica, afirmou que a sociedade é vítima, mas também culpada porque se há crise esta foi gerada por uma classe política eleita pela sociedade. Gilberto solicitou uso da palavra por mais alguns segundos para dizer que seu desabafo foi motivado pelo sentimento de um sargento da PM, ser humano e cidadão que paga impostos, pessoa que teve sua casa roubada 3 (três) vezes e mesmo sendo policial não recebeu qualquer auxílio. Em seguida, foi passada a palavra ao Sr. Jorimar, representante dos servidores do sistema prisional, que após cumprimentos e agradecimentos, enalteceu a pessoa do Presidente da Comissão de Segurança Pública, Dr. Edemundo dias de Oliveira como saudoso e competente gestor do Sistema Prisional. Disse que falar e criticar sistema prisional é fácil, é preciso parar de buscar culpados e assumir a culpa que é de todos, porém o primeiro passo deve ser dado pela gestão maior, pois passos são dados todos os dias pelos servidores da segurança pública, pela sociedade e os deputados da oposição. Ressaltou a ausência dos gestores da Secretaria de Segurança Pública e deputados da base do Governo, enfatizou a fala do Presidente Lúcio Flávio no tocante a necessidade de sair da retórica e acrescentou que falar e criticar o sistema prisional é fácil, difícil é vestir uma farda e ir para dentro do CEPAIGO fazer a vigilância de mais de 1.800(um mil de oitocentos) presos com 11 agentes. São 5 (cinco) as unidades prisionais, em construção há 8(oito) anos, são10(dez) anos sem investimentos para população carcerária que cresce 10% ao ano. Disse da certeza sobre o resultado da audiência tendo em vista a credibilidade da OAB que com esta nova gestão apagará da sua história o caráter político e a compara de seus integrantes por cargos no governo. Finalizou dizendo que o profissional do sistema prisional está sofrido e amargurado necessitando de auxílio, 8(oito)agentes de plantão vigiam 2.214(dois mil, duzentos e quatorze) presos. Não há como evitar crime organizado sem efetivo, o crime parte é do governo, pois não há ações práticas e sim muita teoria, o crime é praticado por omissão pelo Governo, muitos projetos e pouca concretização, o que tem levando colegas ao suicídio. Sobre audiência de custódia disse não funcionar no Brasil, pode funcionar na Noruega, Dinamarca, EUA, em outros países, finalizou dizendo que Estado de Goiás é um estado antidemocrático de Direito que não respeita o Ministério Público e nem o Judiciário. Foi passada a palavra ao Policial Civil Bruno Garajau que, após cumprimentos, iniciou dizendo que é um grande fardo ser policial em Goiás e no Brasil, naturalmente o policial é visado e discriminado sendo necessário mudar essa visão do policial. Fez registro das mortes de policiais em virtude do desempenho das atribuições do cargo e a preocupação com a falência e sucateamento da Polícia Civil. Afirmou que a Polícia Militar entra na seara da Polícia Civil em virtude da grande demanda não suportada falta de efetivo. Disse acreditar que Governador tem mais afinidade com a Polícia Militar e quer falir a Polícia Civil até fazê-la existir apenas na lei. Acrescentou que não adianta mudar gestores se não há recursos, sobre Central de flagrante afirmou ser um trabalho administrativo onde o policial se limita a legalizar prisão deixando de exercer a atividade investigativa, agentes e escrivãs precisam ter atribuições definidas na lei orgânica na Polícia Civil, precisa ter espaço no Conselho Superior da Polícia que não é formada só delegados. Passada a palavra ao Sr. Antônio Carlos, Presidente dos Peritos e médicos legistas de Goiás, este iniciou ressaltando importância do tema tratado na audiência e acrescentou que o problema é sistêmico em todo país, deve ser aceito que o sistema de segurança pública utilizado no Brasil é falido, deve-se estudar modelos de segurança pública para avaliar qual melhor modelo a ser adotado. A Polícia Técnico Científica produz provas em todas as fases da persecução penal garantindo segurança jurídica, porém devido à falta de investimento há um grande gargalo não há possibilidade de atender nem 20% da demanda e criminosos são soltos por falta de provas. No interior a situação é ainda mais precária há peritos e médicos trabalhando sozinhos, alguns estão com mais de 500 laudos para confeccionar. Os aprovados no último concurso estão prontos para serem nomeados, porém não há previsão de chamados. Finalizou dizendo que não adianta a Polícia Militar prender, o Delegado fazer o flagrante se a prova não é produzida. O presidente passou a palavra por 30 segundos à Deputada Adriana Accorsi para encaminhamento, a Deputada entregou requerimentos à Comissão de Segurança Pública para realização de novos concursos e nomeação concursados já aprovados, além da matéria sobre as 2.000 (duas mil) mulheres estupradas em Goiânia. Passada palavra ao Dr. Manuel Bezerra Rocha, advogado, integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB/GO, após cumprimentos, disse que ficou guardando novidades na fala dos policiais, porém nada de novo sobre a questão da Segurança Pública apenas foram feitas reivindicações de caráter corporativistas. A questão da violência e segurança pública ainda é usada para interesses próprios e demonstra que único realmente interessado é o cidadão que é vítima todos os dias do descaso político. O debate sobre segurança se restringiu a reinvindicações corporativista e de interesses próprios continuando lucrativo para alguns pois alimenta discursos políticos e muitos policiais são eleitos com esta bandeira. Como ex-policial civil disse perceber que tudo continua como nos anos 90, o discurso não mudou nada se limita a cercear e atacar os direitos civis, como p.ex. ataques à audiência de custódia que não é para liberar bandido mas para levar ao conhecimento do juiz a situação do preso que ele mantem. É preciso mudar a cultura de que prender resolve a questão porque se prisão fosse eficaz não se praticariam crimes de dentro dos presídios. Disse discordar que falta investimento na Segurança Pública acrescentou que há alto investimento, mas que falta eficácia na administração dos recursos, outra crítica foi em relação à cultura de enfrentamento a sociedade que vê a polícia como inimiga e não como exemplo. Em seguida, foi passada palavra para Dra. Bartira, advogada e conselheira seccional, após cumprimentos, consignou a importância da audiência por proporcionar diálogo entre as instituições que integram a Segurança Pública e destas com a sociedade. Informou que o plano nacional de segurança pública não foi lançado apesar de estar elaborado há 2 anos por falta de consenso. A Segurança Pública no Brasil não é tratada como política pública, não existe crise, mas tragédia anunciada há décadas com altos índices de crimes letais. O Estado é formalmente democrático com práticas autoritárias, deve haver mudança de paradigma na área de segurança pública a ideia de guerra e combate deve ser banida, a segurança pública deve ser vista como direito fundamento e social de todos. Disse acreditar em mudanças por conta de pesquisa na área da economia onde pesquisas demonstram que este modelo de repressão e combate é inviável economicamente, é preciso que os policiais pensem que salário compensa ou paga a vida, nesta lógica de guerra onde se perde a saúde física e mental, é preciso ajustar a Polícia à Constituição Federal e neste sentido a OAB/GO pode auxiliar. O Cel. Anésio solicitou uso da palavra para explicar que a formação dada aos policias

militares é de defesa e respeito ao cidadão, sendo expressiva a carga horária de Direitos Humanos nos cursos de formação, posicionamentos como "bandido bom é bandido morto" não é institucional e sim individual. A palavra foi passada ao pastor e líder comunitário do bairro Morumbi Ricardo Garcia que, após cumprimentos, disse ser o povo base da pirâmide que sofre com a insegurança, com grande dificuldade organizou uma audiência pública para discutir no bairro a realidade da segurança pública, dia 29, próximo. Através do comandante da área tomou conhecimento da falta de efetivo da Polícia Militar, como cidadão precisa de atitudes práticas, melhor atendimento às vítimas que chegam às delegacias e são mal atendidas. Passada palavra ao Dr. Aristóteles Sakai de Freitas, representante da Superintendência Executiva de Administração Penitenciária, após agradecimentos e cumprimentos, ressaltou importância da iniciativa da OAB dizendo que o debate ganhou qualificação à medida que a diretoria é formada por pessoas que ocuparam cargos importantes na Segurança Pública como o Dr. Edemundo e a Dra. Rosângela, assim como pelas presenças dos Deputados Estaduais Major e Adriana. Afirmou que as questões relativas à administração penitenciária serão levadas ao Cel. Edson e para finalizar como da central de alternativas à prisão e suporte para audiências de custódias Coordenador informou que estão à disposição das mulheres goianas mecanismos que podem prevenir agressões, 200 (duzentos) aparelhos antipânico estão disponíveis, mas não estão sendo utilizados. Passada a palavra para Carlos Elmir, representante do SINDIGUARDAS, este informou que foi dado poder de polícia para as Guardas Civis, porém estas não receberam formação. Há necessidade de cobrar mais dos Prefeitos e Câmaras municipais para que sejam oferecidas condições de trabalho para os servidores. Há projeto para guardas civis atuarem em ações preventivas nas regiões noroeste e lestes, porém os guardas não têm formação para atuarem na esfera preventiva, foi oferecido um curso de 30 horas para trabalhar armados, mas os guardas que trabalham armados compram armas com dinheiro do próprio bolso. Passada palavra a Simone, Presidente da Associação dos papiloscopistas da PC/GO, após cumprimentos, ressaltou a importância de sentir a OAB próxima aos servidores da Segurança Pública. Deixou como proposta remodelar composição do conselho de segurança pública nos moldes do Nacional para possibilitar participação dos trabalhadores e sociedade civil, 30% de gestores, 30% trabalhadores e 40% sociedade civil organizada. Para que todos possam contribuir para encontrar soluções às questões

levantadas. O Presidente franqueou o uso da palavra Rodrigo Lustosa para encaminhamento, este solicitou que requerimentos com sugestões e propostas sejam encaminhados a OAB avaliação. Acrescentou que trabalha na defesa de Policiais Militares que se envolveram em situações de letalidade e conhece a situação do preconceito, policiais envolvidos em homicídio não recebe assistência do Estado para custear sua defesa a sugestão é para que o Estado preste auxílio aos policiais envolvidos em crimes no exercício da função. Passada a palavra ao Major Araújo este disse não ter esperança em avanços e soluções dos problemas de segurança pública sem ação efetiva do Governo, não pode haver transferência de responsabilidade. Dr. Deusny Aparecido fez também fez uso da palavra para defender da Central de Flagrantes e o Projeto Goiás biométrico. Presidente fez compromisso de se empenhar no tocante ao projeto Goiás Biométrico e, em seguida, passou a palavra ao Dr. Edemundo para seus agradecimentos finais. O presidente da Comissão de Segurança Pública disse ter reservado o momento para ouvir sendo estes o objetivo da OAB, acrescentou que nunca viu durante sua extensa carreira policial a OAB/GO se posicionar como nesta oportunidade, citou o artigo que publicou sobre segurança pública e deixou a pergunta: "a quem interessa uma polícia fraca, fragmentada, fragilizada e desorganizada?";o Governo Federal, sem querer fazer transferência de culpa, não tem Ministério de Segurança Pública, não há plano nacional de segurança pública, as verbas são contingenciadas, as forças armadas estão fragilizadas, se somar o efetivo das policias e das Forças Armadas, o efetivo da segurança privada é 5 (cinco) vezes maior, o que é um absurdo numa função primordial do Estado que é manutenção do Poder coercitivo, a representação do Estado significa "Polis", polícia, presença institucional. Mas, "a quem interessa uma polícia forte, eficiente e unida que possa perceber um poder plasmado e transversal que existe hoje dentro da corrupção do poder público brasileiro?". Deixo aqui esta reflexão, porque policial é inteligente, sabe pensar, sabe refletir, sabe discernir as coisas, não é só um cabo de chicote, policial tem o dever de interagir com a sociedade e é por aí que vamos melhorar as instituições policiais. Reiterou que a oportunidade é para ouvir e fez o compromisso de empenhar-se em tudo para que esta audiência tenha efetividade, contudo, disse que esperava mais, mais gente, mais policiais, mais palavras ditas com mais vigor, mais força, mais coração, mais alma, está faltando isso. Os policiais devem andar de cabeça erguida porque não devem nada a ninguém, esperava muito mais,

mas valeu à pena porque "tudo vale à pena quando a alma não é pequena" como disse o
poeta Fernando Pessoa. O Presidente da OAB/GO encerrou a audiência reiterando
agradecimentos e se comprometendo a transformar o conteúdo da audiência em ação efetiva
e que outras audiência serão realizadas. Nada mais havendo para ser registrado, foi
encerrada a presente Audiência Pública, às 12 horas e 40 minutos (12h40min), do que, para
constar eu,, Maria Lúcia de Paula Freitas, Secretária Ad-hoc da
Comissão de Segurança Pública e Política Criminal, lavrei a presente ata que vai assinada
por mim, pelo Presidente da OAB/GO e pelos Presidentes das Comissões Organizadoras do
evento.
Lúcio Flávio Siqueira de Paiva:
Rodrigo Lustosa Victor:
Edemundo Dias de Oliveira Dias:
Edemando Dias de Onvena Dias.

# PROGRAMA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

"O mais belo estado da vida é a dependência livre e voluntária: e como seria ela possível sem amor?"

(Johann Goethe)

Goiânia, março de 2016.

### Apresentação:

O Estado de Goiás tem demonstrado profunda preocupação com o fenômeno das drogas em nossa sociedade e o Governo tem investido recursos consideráveis na tentativa de apresentar uma resposta eficaz aos anseios da população.

Nesse sentido, foi criado uma estrutura orgânica de Enfrentamento às Drogas que compõe a área social do Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento-PAI.

Em novembro de 2012, foi criado o Grupo Executivo de Enfrentamento às Drogas- GEED, pela Lei Nº 17.834, órgão que tem executado com êxito as atividades de sua competência.

Dessa forma, o GEED vem desenvolvendo diversas ações e interlocuções no âmbito da prevenção secundária, do tratamento e da reinserção social, além de gerenciar o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas e incentivar a implantação dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas e os Comitês Gestores do Programa Crack é Possível Vencer.

No contexto do tratamento, foi recentemente criado o Centro Estadual de Avaliação Terapêutica Álcool e Drogas (CEAT -AD) e estão em fase de implantação, os 05 (cinco) Centros de Excelência e Referência em Dependência Química (CREDEQ), em diversas regiões do Estado. Tudo isso representa, inquestionavelmente, um avanço do Estado em matéria de álcool e drogas.

Nesse diapasão, dado a transversalidade do tema que perpassa os diversos setores e serviços prestados pelo Estado através dos órgãos de sua estrutura administrativa, outrossim, para fazer face à magnitude alcançada pela problemática das drogas, comparada sem qualquer exagero a um verdadeiro câncer sócio-político-econômico, este documento apresenta sugestões, em linhas gerais, propugnando pela criação do PROGRAMA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, responsável pela implementação da política estadual de prevenção primáriaao uso indevido de álcool e outras drogas.

#### Justificativa:

Durante duas décadas, por falta de uma política estruturada de prevenção sobre drogas, o Brasil se tornou o maior consumidor de crack e o segundo maior consumidor de cocaína do mundo. No ano 2000, para cada dez famílias brasileiras uma possuía um usuário de drogas. Hoje, toda família brasileira mantém o seu usuário de álcool e outras drogas, em termos proporcionais. Importante lembrar, que a Organização Mundial de Saúde (OMS) vaticinou essa tragédia no final do ano 2000, ao afirmar há época que se o país não adotasse uma política séria de prevenção para a área, em 15 anos, cada família brasileira teria um filho usuário de drogas e um HIV. Nota-se, que a segunda previsão não se confirmou porque o Brasil adotou modelo de prevenção à aids reconhecido internacionalmente, o mesmo não ocorrendo sobre o uso indevido de álcool e outras drogas.

Diante dos grandes desafios enfrentados, necessário e urgente urgentíssimo se faz estruturar serviços dentro de um órgão capaz de promover a integração de políticas públicas de prevenção e educação sobre drogas de maneira autônoma e dinâmica, fazendo chegar ao público alvo as soluções que a sociedade requer/exige.

Nesse contexto, ao tomar as proporções (sem exagero) catastróficas de tragédia humana, desafiando a capacidade de reação do próprio Estado, o problema das drogas requer uma atitude inovadora e ousada do governo em parceria com a sociedade, cuja resposta merece a criação de uma estrutura administrativa que acolha ordens e encaminhe providências diretamente junto ao núcleo central do poder executivo, considerando inclusive a transversalidade do tema, com a importância orgânica e institucional que o problema está a exigir.

Entre outros desafios abaixo descritos a serem superados pelo Estado nessa área, destaca-se a necessidade de reduzir o poder do fenômeno das drogas sobre os números da criminalidade e violência, índices esses atualmente fora de qualquer controle social. Vale ressaltar, que as pesquisas sérias e a manifestação de renomados especialistas apontam o crescimento do consumo e tráfico de drogas como principal vetor da violência, impactando diretamente os índices da criminalidade e reincidência criminal, com grave comprometimento da ordem, dos bons costumes, do desenvolvimento econômico sustentável e das estruturas sociais, com destaque para a família.

Nesse sentido, o PROGRAMA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS se propõe a suscitar uma agenda positiva [proativa e propositiva] de ações coordenadas e integradas, envolvendo governos e a sociedade civil organizada, com o objetivo de mobilizar suas forças em face do avanço das drogas sobre o tecido social.

Uma política bem articulada de prevenção e educação sobre drogas dará ao Estado de Goiás novas oportunidades de investimento na área da infância e juventude, evitando o desperdício de recursos públicos com ações **meramente reativas** na área da saúde, educação, segurança pública, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente, economia, entre outros, como infelizmente vem acontecendo.

A prevenção e educação sobre drogas se assenta sobre cinco pilares institucionais, a saber: o Governo, responsável pela gestão das políticas públicas do setor, especialmente na área da educação e cultura, saúde, segurança pública e administração penitenciária, justica, desenvolvimento econômico, meio ambiente, assistência biopsicossocial, esporte e lazer, entre outros : a Família, responsável pela educação, sustento material e emocional, estruturação ética e moral, formação do caráter e acolhida dos filhos; a Igreja, responsável pela difusão dos princípios cristãos, reformulação espiritual do homem e pela prática da alteridade e do amor; a Escola, responsável pela formação intelectual e sentimento de pertencimento, preparando os para vida e; a Empresa [Instituições Empreendedorismo], responsável pela formação profissional, geração de emprego e renda e o desenvolvimento socioeconômicoambiental sustentável.

Com a integração desses cinco eixos estruturantes, o **PROGRAMA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS** alcançará a todos os municípios e rincões do nosso Estado, levando propostas e soluções, tanto para o cidadão que vive nas cidades como no campo.

<u>Importante</u>: Com a implantação deste Programa, o Estado de Goiás <u>completará o ciclo virtuoso</u> do enfrentamento à problemática do álcool e outras drogas, pela **prevenção primária**, tratamento e reinserção social e, pela repressão, impactando positivamente os principais indicadores socioeconômicos para tornar-se uma referência nacional.

### **Objetivo Geral**:

Apontar a necessidade de construção do PROGRAMA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS viabilizando a criação de uma estrutura de coordenação e articulação de ações e serviços de prevenção e educação sobre álcool e outras drogas.

## **Objetivos Específicos:**

Criar obstáculos ao avanço das drogas sobre o tecido social por meio da prevenção primária, educação e conscientização/mobilização, lembrando que, para cada real investido em prevenção são economizados R\$ 10,00 em repressão e R\$ 20,00 em tratamento (OBID/MJ);

Criar uma onda positiva [autoestima] de boas práticas em educação sobre drogas, melhorando a sensação de segurança das famílias nas cidades e no campo;

Mobilizar a sociedade a partir da escola (academias/universidades), da família e igreja ou congêneres, com o objetivo de criar uma rede humana em favor da vida;

Estruturar um serviço de planejamento e avaliação permanente, com apresentação de relatórios detalhados a cada 15 (quinze) dias, objetivando mensurar números e a eficácia das estratégias utilizadas no Programa;

Criar um Selo Institucional de certificação em parceria, com o objetivo de avaliação, validação de mérito e aprimoramento.

### Estrutura Administrativa e de Gestão

O Estado de Goiás deve ou deveria criar uma estrutura orgânica, ligada diretamente ao gabinete governamental, a fim de coordenar as ações, metas e objetivos deste Programa de Estado.

### Fontes de Financiamento:

Para financiamento do Programa em tela, muitos recursos se acham disponíveis em fontes extra orçamentárias, junto às instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, alcançáveis por meio de projetos objetivos, criativos, factíveis e consistentes.

Para financiamento da contrapartida do Estado, prevista nas ações orçamentárias deste Programa, a regulamentação legal do **PRODUZIR** já contemplou a previsão de 3% (três por cento) sobre o montante de recursos decorrentes de antecipação de pagamento do ICMS, para o programa estadual de prevenção às drogas, nos termos do Decreto Numerado nº 5.265/2004, alterado pelo Decreto Estadual nº 8.284/2014, art. 36, alínea VIII.

### Conclusão:

O PROGRAMA ESTADUAL DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS vem preencher uma lacuna na Política Estadual de atenção ao álcool e outras drogas, mais precisamente pela estruturação da primeira fase, uma vez que as fases consequentes (tratamento e repressão), já são desenvolvidas pelo GEED/CREDEC, bem como pelas polícias, respectivamente.

Com a implantação do presente **Programa**, o Estado de Goiás atacará o problema de maneira mais eficaz, fazendo a prevenção antes que a dependência química estabeleça seu domicílio.

Proporcionalmente à sua abrangência e resultados, o Programa em tela se apresenta com excelente relação custo benefício, em razão do baixo percentual financeiro previsto para o Tesouro Estadual dentro do plano de metas e ações, cabendo a maior parte do financiamento das ações aos parceiros da área pública e privada, incluindo os organismos internacionais, governos estrangeiros e o terceiro setor.

Fazer a prevenção educativa, eis a medida simples, eficiente e econômica que poupa vidas, fomentando o surgimento de iniciativas e boas práticas, valorizando o capital humano e a gestão governamental.

#### EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

Presidente da Academia Goiana de Direito (ACAD) Presidente da Comissão de Segurança Pública e Políticas Criminais ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – GOIÁS

Colaboradores: Dra. Prof.<sup>a</sup> Marilúcia Pereira do Lago Psicóloga. Professora da UFG Doutora em Psicopatologia Clínica/Université de Nice-Sophia Antipolis/França

Dr. Aristóteles Sakai de Freitas Delegado de Polícia Classe Especial Ex-Assessor Especial da Municipalização da SENAD – Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas / Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI